

Os intelectuais portugueses durante o Estado Novo: percursos e posicionamentos

19 e 20 de Junho de 2017

Palácio do Vimioso, Universidade de Évora

O Seminário é organizado pelo IHC-CEHFCi-Universidade de Évora, um centro de investigação multidisciplinar de História Contemporânea (I&D FCT – classificação Excelente), onde se insere o Grupo de investigação CEHFCi: Ciência, Estudos de História, Filosofia e Cultura Científica alocado na Universidade de Évora.

FICHA TÉCNICA

Organização

IHC-CEHFCi-Universidade de Évora

(Ciência, Estudos de História, Filosofia e Cultura Científica)

Comissão Organizadora e Científica

Maria de Fátima Nunes, Universidade de Évora, IHC-CEHFCi-UÉ

João Príncipe, Universidade de Évora, IHC-CEHFCi-UÉ

Ângela Salgueiro, IHC-CEHFCi-UÉ-FCSH/NOVA

Cláudia Ninhos, CHAM-FCSH/NOVA-UAç

Apoio

Gabinete de Comunicação da Universidade de Évora | Susana Rodrigues

Imagem de capa

Abel Manta – *A Leitura. Grupo do Consultório do Professor Francisco Pulido Valente*,
Coleção do Museu de Lisboa / Câmara Municipal Lisboa – EGEAC

<https://intelectuaisportugueses.wordpress.com/>

Os intelectuais portugueses durante o Estado Novo: percursos e posicionamentos

Algum tempo após o golpe militar de 1926 toma forma um regime autoritário – o Estado Novo, cuja duração irá para além das expectativas dos intelectuais republicanos, muitos dos quais passam para a oposição, enquanto outros se aclimatam melhor. Se a relevância dos intelectuais para as sociedades contemporâneas (Winnock) é incontestável, a polarização do campo intelectual (Bourdieu) durante o Estado Novo, caracterizada por profundas tensões político-ideológicas, é uma realidade pouco estudada na sua globalidade, encontrando-se personalidades num leque ideal-típico que vai do intelectual orgânico de Gramsci, que frequentemente integra a elite governante (Pareto), ao clerc de Benda com um ideal de pensamento livre e crítico, para além dos vínculos ideológicos.

Durante grande parte do Estado Novo, o prestígio do intelectual, que não integra a elite governante, resulta sobretudo da sua actividade pública, enquanto publicista, escritor de ideias ou produtor de obras artísticas, integrando movimentos culturais e associações cívico-políticas; apenas alguns dos intelectuais são académicos: cientistas, médicos, historiadores, etc. Se numa primeira fase se destacam na agitação intelectual de oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo figuras associadas à «Renascença Portuguesa» ou à «Seara Nova», numa segunda fase, com o final da II Guerra Mundial, que levou muitos dos republicanos e democratas a idealizar uma abertura de regime, surgem personalidades e movimentos com outros referenciais (ligados por exemplo ao marxismo-leninismo tão presente na revista «Vértice»). No pós-guerra há uma

reestruturação do campo intelectual, mantendo-se uma forte interacção entre gerações, fenómeno bem patente no MUD ou na candidatura do general Humberto Delgado.

O propósito deste Seminário – *Os intelectuais portugueses durante o Estado Novo: percursos e posicionamentos* – é reunir investigadores, também eles de diferentes gerações, que ao partirem de visões diversas – História Contemporânea, Estudos Literários, Filosofia, História das Ideias e da Cultura, Sociologia – aceitem o desafio de cruzar ideias sobre um período e uma temática que nos remete para as raízes daquilo que é hoje parte do nosso presente e imaginário de futuro.

Maria de Fátima Nunes

João Príncipe

Ângela Salgueiro

Cláudia Ninhos

Os intelectuais portugueses durante o Estado Novo: percursos e posicionamentos
IHC-CEHFCi-UÉ

CALENDÁRIO

Segunda-feira, 19 de Junho de 2017 – sala 205		Terça-feira, 20 de Junho de 2017 – sala 205		
09h00	Recepção aos participantes	10h00	Conferência de Abertura	
09h30	Sessão de Abertura	10h40	Debate	
09h40	Conferência de Abertura	11h00	Pausa para café	
10h20	Debate	11h20	Painel 6 – Arqueólogos e Historiadores	
10h40	Pausa para Café	12h20	Debate	
11h00	Painel 1 – Integralistas, Republicanos e Seareiros I	12h35	Almoço livre	
11h45	Pausa	14h00	Painel 7 – Movimentos Científicos, Culturais e Artísticos	
11h55	Painel 1 – Integralistas, Republicanos e Seareiros II	15h15	Debate	
12h40	Debate	15h30	Pausa para café	
13h00	Almoço Livre	15h50	Mesa Redonda – Os Intelectuais Portugueses durante o Estado Novo	
14h30	Painel 2 – Cientistas na Oposição ao Estado Novo	Painel 3 – Católicos e o Estado Novo, <u>sala 210</u>	17h20	Debate
15h45	Debate	Debate	17h40	Sessão de Encerramento
16h00	Pausa para Café			
16h20	Painel 4 - Intelectuais e discursos de oposição política	Painel 5 – Professores, Cientistas e Tecnocratas, <u>sala 210</u>		
17h35	Debate	Debate		

Os intelectuais portugueses durante o Estado Novo: percursos e posicionamentos
IHC-CEHFCi-UÉ

PROGRAMA

Segunda-feira, 19 de Junho de 2017

09h00 – Recepção aos Participantes

09h30 – Sessão de Abertura

09h40 – **CONFERÊNCIA DE ABERTURA, sala 205**

Moderação João Príncipe (Universidade de Évora, IHC-CEHFCi-UÉ)

Norberto Ferreira da Cunha, Professor catedrático aposentado da Universidade do Minho e IHC-FCSH/NOVA – A problemática dos Intelectuais

10h20 – Debate

10h40 – Pausa para café

Painel 1 – Integralistas, Republicanos e Seareiros, sala 205

Moderação Augusto Fitas (Universidade de Évora, IHC-CEHFCi-UÉ)

11h00-11h45 – I Sessão

Pedro Reis (FL-UP) – Bernardino Machado de Presidente da República a opositor da ditadura

Pedro Aboim Borges (Instituto Português de Fotografia) – Fernando de Abranches Ferrão, liberal e republicano, “Homem de rara elegância moral”

Nuno Simão Ferreira (Centro de História, UL) – Alberto de Monsaraz e o Nacional-Sindicalismo na clandestinidade (1934 a 1936): a oposição ao Estado Novo

11h45 – Pausa

11h55-12h40 – II Sessão

Fernando Gameiro (CIDEHUS, Universidade de Évora) – Hernâni Cidade e o Estado Novo – Resistência ou desistência?

João Príncipe (Universidade de Évora, IHC-CEHFCi-UÉ) – O socialismo ético de António Sérgio

João Moreira (IHC-FCSH/NOVA e FL-UC) – João Martins Pereira. Um «intelectual público» para além do «pequeno mundo estreito»

12h40 – Debate

13h00 – Almoço Livre

Os intelectuais portugueses durante o Estado Novo: percursos e posicionamentos
IHC-CEHFCi-UÉ

Painel 2 – Cientistas na Oposição ao Estado Novo, sala 205

Moderação Sara Albuquerque (IHC-CEHFCi-UÉ)

14h30-15h45

Teresa Lousa (CHAM-FCSH/NOVA-UAç) – Abel Salazar: intelectual, artista e resistente

Cláudia Ninhos (CHAM-FCSH/NOVA-UAç) – De anarco-sindicalista a Catedrático de Coimbra e do saneamento ao “exílio”. Percurso político do cientista-intelectual Aurélio Quintanilha

Quintino Lopes (IHC-CEHFCi-UÉ) – Aurélio Quintanilha e António Sousa da Câmara: entre distintas ideologias políticas e semelhantes práticas científicas

Ângela Salgueiro (IHC-CEHFCi-UÉ-FCSH/NOVA), José Pedro Sousa Dias (MUHNAC, UL e IHC-CEHFCi-UÉ) e Maria de Fátima Nunes (Universidade de Évora, IHC-CEHFCi-UÉ) – Manuel Valadares: cientista, militante, pacifista

Leonardo Aboim Pires (IHC-FCSH/NOVA) – Henrique de Barros: um percurso entre a ciência agronómica e o intervencionismo político

15h45 – Debate

Painel 3 – Católicos e o Estado Novo, sala 210

Moderação Rita Luís (IHC-FCSH/NOVA)

14h30-15h45

Luís Carvalho (FCSH/NOVA) – O escritor Manuel Ribeiro e o cineasta Perdigão Queiroga: dois diferentes percursos sob a ditadura

João Alves da Cunha (CEHR, UCP) – A intervenção do MRAR – Movimento de Renovação da Arte Religiosa (1953-1969): contributos para a construção da oposição católica

Luís Henriques (CESEM-UÉ) – «Em prol da Arte e dos Artistas portugueses»: A actividade de José Augusto Alegria nas décadas de 60 e 70

Sara Ludovico (CHAM-FCSH/NOVA-UAç) – O grupo da Livraria Moraes Editores: A ação que começa na consciência

João Miguel Almeida (CEHR-UCP e IHC-FCSH/NOVA) – Um intelectual comprometido: Nuno Teotónio Pereira

15h45 – Debate

16h00 – Pausa para café

Painel 4 – Intelectuais e Discursos de Oposição Política, sala 205

Moderação Sara Ludovico (CHAM-FCSH/NOVA-UAç)

16h20-17h35

Cátia Pereira (IHC-FCSH/NOVA) – O “Intelectual” num contexto de resistência e oposição. Um conceito polissémico

Os intelectuais portugueses durante o Estado Novo: percursos e posicionamentos
IHC-CEHFCi-UÉ

Riccardo Cocchi (FL-UC) – Uma voz que se opôs à opressão: Ferreira de Castro

Giovanni Ricciardi (Università degli studi di Napoli – L'Orientale) – Soeiro Pereira Gomes na clandestinidade (1944-1949): escritor e/ou intelectual?

João Tiago Lima (CICP, Universidade de Évora) – Alfredo Margarido: o primeiro intelectual anti-colonialista?

Rui Sousa (investigador independente, Universidade de Évora) – A paródia da ditadura em *Dinossauro Excelentíssimo* de José Cardoso Pires

17h35 – Debate

Painel 5 – Professores, Cientistas e Tecnocratas, sala 210

Moderação Cláudia Ninhos (CHAM-FCSH/NOVA-UAç)

16h20-17h20

Débora Dias (FL-UC) – “Missão cultural”, ou a “cultura como missão”? Disputas por uma intelligentsia portuguesa no Brasil

João Arsénio Nunes (CEI-IUL) – Um discreto antifascismo. O engenheiro Pedro Nunes – de técnico e alto funcionário a militante pela democracia popular

José Carlos Avelãs Nunes (CIUHCT-UL e CEIS20-UC) – Pelos brônquios do Estado Novo: radiografia(s) aos intelectuais da Assistência Nacional aos Tuberculosos na máquina do poder

Diádiney Helena de Almeida (Fiocruz e Universidade de Coimbra) – As práticas de curas populares através das obras dos folcloristas portugueses

17h20 – Debate

Terça-feira, 20 de Junho de 2017

10h00 – CONFERÊNCIA DE ABERTURA, sala 205

Moderação Maria de Fátima Nunes (Universidade de Évora, IHC-CEHFCi-UÉ)

Fernando Catroga, Professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e CHSC-UC – Os Intelectuais como "voz" do sentido da História

10h40 – Debate

11h00 – Pausa para café

Painel 6 – Arqueólogos e Historiadores, sala 205

Moderação Quintino Lopes (IHC-CEHFCi-UÉ)

11h20-12h20

Christophe Araújo (Universidade de Cergy-Pontoise e Casa de Velasquez) – Escrever sobre o olhar da Rua de António Maria Cardoso e da Rua da Misericórdia: historiadores, vigilância policial e censura no Estado Novo (de 1933 até 1974)

Os intelectuais portugueses durante o Estado Novo: percursos e posicionamentos
IHC-CEHFCi-UÉ

Pedro Martins (IHC-FCSH/NOVA) – A caminho de uma “Nova Idade Média”? Alfredo Pimenta, João Ameal e os usos do passado medieval na legitimação do Estado Novo (1928-1945)

Tiago Rego Ramalho (IHC-FCSH/NOVA) – O exílio de António José Saraiva: a experiência de um sujeito político

Ana Cristina Martins (IHC-CEHFCi-UÉ) – *Something old, something new, something borrowed, something blue*. A arqueologia em encontros científicos portugueses dos anos 60

12h20 – Debate

12h35 – Almoço livre

Painel 7 – Movimentos Científicos, Culturais e Artísticos, sala 205

Moderação Ana Cristina Martins (IHC-CEHFCi-UÉ)

14h00-15h15

Pedro Jorge Réquio (FL-UC) – Mudança Cultural e Política na Academia de Coimbra: O caso da *Via Latina*

António Cândido Franco (IHC-CEHFCi-UÉ) – Surrealistas em Portugal: a luta em duas frentes

Augusto Fitas (Universidade de Évora, IHC-CEHFCi-UÉ) – O Neo-realismo e a cultura científica: novas fontes

Carina Infante do Carmo (Universidade do Algarve e Centro de Estudos Comparatistas, FL-UL) – *Jornal-Magazine da Mulher*, uma expressão feminina do neo-realismo

Vítor Escudero (ISCSP e Academia Portuguesa de Ex-Líbris) – Intelectualidade(s) e elite(s) no Estado Novo através do ex-líbris

15h15 – Debate

15h30 – Pausa para café

15h50 – MESA REDONDA: OS INTELLECTUAIS PORTUGUESES DURANTE O ESTADO NOVO, sala 205

Moderação José Pedro Sousa Dias (MUHNAC-UL e IHC-CEHFCi-UÉ)

Fernando Rosas, Professor catedrático aposentado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e IHC-FCSH/NOVA

Augusto Fitas, Professor associado com agregação aposentado da Universidade de Évora e IHC-CEHFCi-UÉ

Rita Luís, Investigadora de pós-doutoramento do IHC-FCSH/NOVA

17h20 – Debate

17h40 – Sessão de encerramento

Maria de Fátima Nunes, Universidade de Évora, IHC-CEHFCi-UÉ

SESSÕES

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

A problemática dos Intelectuais

Norberto Ferreira da Cunha | Professor catedrático aposentado da Universidade do Minho e IHC-FCSH/NOVA

Os intelectuais sempre foram vistos de modo controverso: ora com aplauso, ora com indiferença, ora com desprezo. Não se caracterizam pela sua profissão, mas por um certo tipo de conduta e actuação num dado momento e em certas circunstâncias. Alcançaram o reconhecimento público com o “caso” Dreyfus (1894-1906) em França, a que não é alheio a existência, neste país, de um “espaço público” (Habermas), aberto aos antagonismos sociais, ausente ou quase ausente dos regimes dinásticos europeus. Por isso, este caso é considerado o seu momento fundador. A dinâmica social e política do processo do capitão Dreyfus desenhou os contornos tipológicos do “intelectual” e afirmou os seus valores de referência. O “intelectual”, que fora até então um adjectivo das capacidades psicológicas e cognitivas, converte-se num “tipo” substantivo e, alguns anos depois, até num “objecto” historiográfico (E.Berth). A partir das suas referências, encontrar-se-ão não só os seus antepassados mais próximos (especialmente nos “filósofos” das Luzes, mas também em Sócrates, nos estóicos e nos “Intelectuais da Idade Média”) mas essas referências estarão omnipresentes nos intelectuais vindouros. Pese embora os intelectuais anteriores e posteriores aos *dreyfusards*, serem muito diferentes destes, partilham com eles, porém, um mínimo denominador comum. Se assim não for--mas será, muitas vezes, sobretudo há algumas décadas a esta parte (com os intelectuais “conservadores”, “católicos”, “integralistas”, etc.)--pratica-se uma mistificação conceptual, pois os conceitos

não são o que são e o seu contrário. Este casuismo apenas serve para os desvalorizar e desacreditar, pois o conceito ganha uma extensão e porosidade que não só diminui, acentuadamente, a sua compreensão como o alça a uma abstração que apenas tem sentido como objecto de “debate”, ou seja, no plano da teoria e não da acção. Se os “intelectuais” até ao limiar da 1ª Guerra Mundial ainda estão vinculados aos valores em causa no “caso” Dreyfus (recordemos que--no que a nós se refere--os *integralistas*, na pegada dos maurrasianos, fazem questão de vincarem a sua pertença ao “partido da inteligência”), durante o conflito “politizam-se” por razões “patrióticas” e/ ou “civilizacionais” (disso são exemplo a opção belicista dos socialistas--antes do conflito, pacifistas e internacionalistas--e o “manifesto dos intelectuais alemães”, de 1914, a favor da opção belicista Alemanha); depois da Guerra, perante a fragilidade e declínio, aparentemente irreversíveis, dos regimes representativos e, mais tarde, da crise do capitalismo, os intelectuais são confrontados com alternativas autoritárias (fascista e comunista) que se apresentam com uma força maniqueista que não permite tibiezas ou neutralidade na escolha dos cidadãos; neste contexto há intelectuais que apelam ao recuo para o aconchego da torre de marfim (Benda), e outros que apelam ao *engagement* (Proença, Gramsci, Sartre), que se prolongará até aos anos 70 do século XX. Nas últimas décadas, com a crescente *racionalidade instrumental* das democracias neoliberais que se têm multiplicado, os intelectuais têm dificuldade em reencontrar oportunidade de se fazerem ouvir, pois o seu lugar foi tomado pelo “ruído” dos *media* e pela autoridade dos “especialistas” que assessoram os governos conservadores e justificam o *status quo*, embora excepções--como Chomsky, Said, Traverso e Adorno, entre outros--que são uma motivação e uma causa indeclinável para que os “intelectuais” resistam, desempenhem a sua função e combatam a sua alegada “decadência” e a sua morte, há muito anunciada, mas nunca, realmente, consumada pelos seus cangalheiros (não apenas políticos mas também historiadores).

Painel 1 | Integralistas, Republicanos e Seareiros

1 | *Bernardino Machado de Presidente da República a opositor da ditadura*

Pedro Reis | Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Bernardino Machado nasceu em 1851 no Brasil na cidade do Rio de Janeiro e em 1860 com a sua família regressa a Portugal e estabeleceu residência em Vila Nova de Famalicão, atingindo como ponto alto da sua carreira política ter sido Presidente da República por duas vezes. Uma carreira brilhante em termos académicos, encaminhou-o para ser professor na Universidade de Coimbra, desenvolvendo paralelamente uma carreira na política. Com o golpe de estado de 28 de maio de 1926, parte novamente para o exílio, uma situação que já lhe tinha ocorrido no passado ainda na primeira república. O seu exílio numa fase inicial é bastante atribulado após uma passagem por Espanha segue-se uma estadia em França onde passaria por várias cidades em poucos anos. No seu período de exílio conspira com mais portugueses exilados para ser possível destituir o governo ditatorial. Pressiona as autoridades internacionais para não reconhecerem o novo sistema político em vigor em Portugal, escreveu vários artigos a condenar o rumo governativo da sua pátria adotiva e acaba por ser lhe possível fixar residência em Portugal na década de quarenta do século XX, após 13 anos de exílio. O seu funeral aos 93 anos, na cidade que o acolheu quando ingressou no país decorreu perante uma enorme mostra de pesar e de dor, embora o Estado Novo tenha tentado ocultar esse ato de respeito pela figura de um dos seus maiores opositores.

Painel 1 | Integralistas, Republicanos e Seareiros

2 | *Fernando de Abranches Ferrão, liberal e republicano, “Homem de rara elegância moral”*

Pedro Aboim Borges | Instituto Português de Fotografia

Nascido em 1908, movimentou-se, desde cedo, nos meios culturais e políticos da 1ª República. Filho do professor de Direito António de Abranches Ferrão, director da nova Faculdade de Direito de Lisboa e ministro durante a 1ª República, teve um percurso norteado pelos meios que frequentou, que o enquadraram numa vida virada para a ética e apoio desinteressado aos que o procuravam, quer por motivos políticos ou outros. Amigo leal, como o testemunhou, ao longo dos anos, Marcelo Caetano, independentemente das suas posições ideológicas. É esse carácter de integridade que lhe permitiu colaborar e apoiar diversas personalidades opositoras ao Estado Novo, quer como advogado, quer como homem de cultura, olhando para o bem comum em detrimento de percursos pessoais mais sinuosos, com os quais não pactuava. Amigo de Avelino e Álvaro Cunhal, de Gualdino Gomes, de Nikias Skapinakis, de Botelho, de Mário Elói, Olavo d’Eça Leal, Manuel Mendes, Branquinho da Fonseca, entre outros, o que o levou, em muitas alturas, a patrocinar, com as suas possibilidades, a edição da obra de autores como Raul Brandão – *Obras Completas* –, a *Geração de Setenta* de Manuel Mendes, a *História Social da Arte e da Cultura*, de Arnold Hauser (tendo-se dirigido, para esse fim a Londres para o contactar e explanar o projecto da edição da sua obra em português) e a obra máxima de António José Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, estas duas edições do *Jornal do Foro*, revista de direito por ele fundada e dirigida. Editou, de Luís de Sttau Monteiro, *E*

se for rapariga chama-se Custódia e Felizmente há Luar, O seu amor por Etel de Maria Judite de Carvalho, *Carnaval Negro* de Urbano Tavares Rodrigues, *O dia seguinte* de Luís Francisco Rebello, *A poesia norte-americana contemporânea* de José Palla e Carmo e *Cinquenta anos de poesia portuguesa: do simbolismo ao surrealismo*, de João Gaspar Simões. Activo defensor de presos políticos, ele próprio preso em Peniche, Aljube e Caxias, foi advogado da família do General Humberto Delgado, tendo sempre propugnado por eleições livres. Sempre preocupado com a defesa da língua portuguesa, presidiu ao Conselho de Comunicação Social. A sua actividade desdobrou-se pelas múltiplas facetas que a sua educação e formação lhe proporcionaram, onde se destacam a música, a pintura e a literatura. Verdadeiro Príncipe do Renascimento, como várias vezes os seus amigos o descreviam, preocupou-se igualmente com a questão dos direitos humanos (Vice-Presidente da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem) e a causa dos refugiados (Conselheiro Jurídico em Portugal do Alto Comissariado da ONU para os refugiados).

Painel 1 | Integralistas, Republicanos e Seareiros

3 | *Alberto de Monsaraz e o Nacional-Sindicalismo na clandestinidade (1934 a 1936): a oposição ao Estado Novo*

Nuno Simão Ferreira | Centro de História da Universidade de Lisboa

A deportação de Rolão Preto e de Alberto de Monsaraz para Espanha marcou a passagem do Nacional-Sindicalismo à oposição declarada ao salazarismo. Monsaraz, embora já não tivesse funções directivas no Nacional-Sindicalismo desde 2 de Dezembro de 1933, continuou sempre na oposição política ao Estado Novo. Como forma de manter vivo o espírito da Ditadura e da Revolução do 28 de Maio, Rolão Preto e Alberto de Monsaraz fizeram um acordo político, através do qual projectar-se-ia um golpe anti-governamental, feito por oficiais politicamente afectos a Preto e a Monsaraz. Estes oficiais teriam convidado para participar no golpe, o tenente-coronel António Ribeiro de Carvalho e Francisco da Cunha, que acabaram por não aderir à iniciativa, explicando as suas recusas numa carta conjunta enviada a Preto e a Monsaraz em 15 de Setembro de 1934. Em carta enviada a 25 de Fevereiro de 1935 à Junta de Acção nacional-sindicalista, numa conjuntura em que se falava da possível suspensão da pena de desterro atribuída a Rolão Preto, o que poderia determinar, se não a alteração da atitude da organização para com Salazar, pelo menos uma mudança de tática relativamente ao governo, de forma a precaver tal situação plausível, Monsaraz, no exílio, delineava advertências. Eis os seus pontos de vista dirigidos aos seus amigos activistas políticos acerca do «colorido político da Hora»: 1- considerava absurdo que os nacionais-sindicalistas não aproveitassem ou não explorassem todas as presumíveis possibilidades, que o ambiente imprevisto de então poderia

ocasionar; 2- só admitia, em última análise, que se devia ponderar trocar a potencial liberdade doutrinária em periódicos, manifestos e reuniões, por um compromisso de não hostilização, quer oral ou escrito, acatando para tal as regras do sistema governamental. Recusava que se pudesse suspender a acção nacional-sindicalista nas fronteiras metropolitanas e ultramarinas de Portugal e até se pudesse substituir o nome da organização por uma designação mais intelectual e menos combativa, como era o caso de «Renovação Portuguesa»; 3- considerava que a garantia governamental em não hostilizar o Nacional-Sindicalismo, se traduziria apenas na ignorância dos princípios do Estado Novo, da sua existência, das suas instituições jurídico-políticas e dos seus representantes perante o movimento; 4- tendo sempre em conta o «capital moral» de seis meses de desterro de Rolão Preto (como chefe nacional-sindicalista) e da actuação sigilosa da Junta, que constituía um exemplo à resistência das «massas oprimidas», deveria evitar-se sistemática e intransigentemente quaisquer contactos com personalidades ou institutos do Estado Novo, de forma a se evitar boatos, equívocos e intrigas que seriam oportunamente aproveitados pelos «sequazes do Sistema» e pela «vigilância cúmplice da Censura» que não os desfazia; 5- distinguidos os dois mundos, o dos «filhos da censura» e os nacionais-sindicalistas, estes últimos aos olhos dos inconformados, deveriam mostrar esta distinção profunda que não passava de um verdadeiro «abismo intelectual e moral»; 6- recusava qualquer aproximação, aparência jornalística, fotográfica ou radiofónica com os nacionais-sindicalistas dissidentes que aderiram ao Estado Novo; 7- todos os demais ramos de actividade da Junta de Acção deveriam acatar estes pareceres expostos.

Painel 1 | Integralistas, Republicanos e Seareiros

4 | *Hernâni Cidade e o Estado Novo – Resistência ou desistência?*

Fernando Gameiro | CIDEHUS, Universidade de Évora

Durante os últimos anos da Monarquia Hernâni Cidade foi seminarista e líder estudantil. No decurso da I República afirmou-se como professor liceal e herói da I Guerra Mundial. Resistiu à instauração do Estado Novo (E.N.), Regime durante o qual foi professor universitário e historiador da cultura portuguesa. Em 1932, foi autor de um texto, em forma de representação, que fez circular em nome de um grupo de professores universitários, reivindicando a participação da sociedade civil na elaboração do novo diploma constitucional. O documento, que considerou inatacável à luz da lógica republicana, foi subscrito, entre outros, por Rodrigues Lapa, Domingues Heleno e Rebelo Gonçalves. Mas a lógica que reivindicou para fundamentar as suas ideias estava a mudar, sobretudo para quem comparava a figura de Presidente do Conselho de Ministros aos «*decadentes imperadores romanos oferecendo festivais ao povo*» (BN, E36, Cx. 3). É num quadro de tensão crescente entre o poder e as oposições que o jornal *O Século* move um processo contra o *Liberal*, circunstância que culminaria na condenação em primeira instância de vários redactores, entre os quais Hernâni Cidade. A comunicação passa em revista o processo encetado por Cidade contra o E.N. e, a partir do caso em estudo, analisa a forma como o Regime procurou controlar os elementos oposicionistas oriundos dos sectores intelectuais da sociedade portuguesa.

Painel 1 | Integralistas, Republicanos e Seareiros

5 | *O socialismo ético de António Sérgio*

João Príncipe | Universidade de Évora, IHC-CEHFCi-UÉ

António Sérgio de Sousa (1883-1969) ao recusar uma carreira de oficial de marinha e ao traçar para si uma rota de cidadania activa lançou-se numa vida aventureira que constituiu um exemplo paradigmático do intelectual engagé, do herói da Razão. De algum modo, seguiu ele próprio vários exemplos; o seu avô paterno encontrava-se entre os Bravos do Mindelo e Herculano foi sempre uma figura maior no panteão sergiano; a sua reflexão sobre a noção de *clerc*, na altura em que o livro de Benda foi recebido no rectângulo português, encontrava em Espinosa e em Antero dois pólos de referência, oscilando entre a necessidade do afastamento da acção directa que permite a compreensão superior e o imperativo cristão de intervir para tentar melhorar a vida dos existentes, das outras pessoas que são as pedras vivas a nós semelhantes. Por uma propensão que se diria espontânea, Sérgio pensou sempre filosoficamente e tentou agir em conformidade; simultaneamente, inscreveu-se nos tempos longos do pensamento humano e manteve-se ligado a uma modernidade que muito bebeu do pragmatismo de James e de Dewey, formando-se, nos anos de 1910, em Ciências da Educação no Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genève. A sua interpretação da história de Portugal mostrou como a fundação e construção da nacionalidade, e depois toda a nossa história subsequente, se inscreveu na história (da expansão) ocidental, onde factores económicos foram sempre fulcrais. Também no seu diálogo interno, onde a pergunta sobre o que posso conhecer esteve sempre irmanada com àquela outra de o que devo fazer, Sérgio

fugiu à moda ou ao reclame da novidade para se filiar numa linhagem de tempos longos. Assim, e apesar de ter permanecido bem informado sobre correntes de pensamento contemporâneo – nomeadamente no que se referia ao pensamento filosófico, político, económico e sobre psicologia – os seus textos dos anos cinquenta, período derradeiro da sua intervenção cívica de oposição firme ao salazarismo, remetem sempre para uma reflexão ética que parte explicitamente de Kant. A nossa comunicação pretende precisamente mostrar como António Sérgio reconheceu no autor das Três Críticas uma fonte perene para um pensamento socialista que se afasta do marxismo-leninismo por defender o valor maior da Pessoa (uma das categorias para Renouvier) e, numa evidente filiação proudhoniana, desconfiar de um modelo estatista que retira a autonomia a cada um de nós bem como a espontaneidade para a livre associação. Se os estudiosos da história das ideias ou dos estudos culturais no tempo presente vivem, pelo menos em solo nacional, sob o efeito nietzscheano, digamos da morte de Deus e da Razão, talvez se possa olhar hoje para Sérgio como exemplificando a ‘rareté’ de que falava Michel Foucault. De facto, a acção-pensamento de Sérgio é inspirada pela tradição racionalista que, acreditava ele, se renova perenemente num esforço de saber ver claro, o que passa pelo direito exercido à sinceridade para consigo e para com os outros.

Painel 1 | Integralistas, Republicanos e Seareiros

6 | *João Martins Pereira. Um «intelectual público» para além do «pequeno mundo estreito»*

João Moreira | IHC-FCSH/NOVA e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

São ainda raros os estudos sobre a geração de intelectuais que a partir de meados da década de 1960, de forma clandestina ou semilegal, acabaria por modernizar o discurso marxista em Portugal. Ao contrário do que sucede noutros países, existe em Portugal uma lacuna historiográfica no que concerne ao estudo do pensamento e da obra de intelectuais marxistas menos catalogáveis e desvinculados das ortodoxias dominantes, de fundo simultaneamente não-dogmático e radical. Propõe-se, portanto, com esta comunicação situar historicamente a “desenvoltura” e a “agilidade” do pensamento de João Martins Pereira (Lima: 2006) – intelectual público, redator das revistas *Seara Nova*, entre 1966 e 1969, e *O Tempo e o Modo*, entre 1969 e 1971, e autor de *Pensar Portugal Hoje*, de 1971, e de *Indústria, Ideologia e Quotidiano*, de 1974, antes de se tornar secretário de Estado da Indústria do IV Governo Provisório, em 1975. Assim, esta comunicação tem como objetivos específicos: compreender a heterogeneidade de influências e eixos teóricos (Karl Marx, Jean-Paul Sartre, Antonio Gramsci, Herbert Marcuse) que suportavam o pensamento e mundividência política do autor em estudo; reconhecer Martins Pereira como um marxista afastado do “pequeno mundo estreito” de que falava Jean-Paul Sartre para se referir aos intelectuais comunistas, e dotado de “uma pluralidade de influências, e de pertenças, que encontrava na ausência de certezas [...] o sentido

mais completo da sua presença no mundo e da sua capacidade para participar solidariamente da sua transformação” (Bebiano: 2011) e, conseqüentemente, contribuir para o reconhecimento do papel político-social dos intelectuais nas transformações ocorridas na segunda metade do século XX. Nesse quadro, apresentar-se-á JMP, por um lado, como o intelectual orgânico de Gramsci, no sentido em que tem o “papel [...] pôr fim às fraturas radicais da sociedade” (Santos: 1999) e, por outro, um marxista para quem o “argumento de que a teoria marxiana implica necessariamente o leninismo e só o leninismo” é insustentável (Hobsbawm: 2011). “Uma espécie de penumbra [...] envolve simultaneamente” a “obra” e o “pensamento” de João Martins Pereira (Lima: 2006). Esta comunicação procurará humildemente oferecer alguma luz àqueles.

Painel 2 | Cientistas na Oposição ao Estado Novo

1 | *Abel Salazar: intelectual, artista e resistente*

Teresa Lousa | CHAM-FCSH/NOVA-UAç

Nos anos 20 o trabalho de Abel Salazar torna-se reconhecido internacionalmente. Representa a Faculdade de Medicina do Porto em múltiplos congressos. Aqui é nomeado professor Catedático, ainda muito jovem, exercendo uma actividade pedagógica moderna e invulgar para a época, privilegiando o envolvimento dos alunos no curso das investigações. Desenvolve paralelamente estudos filosóficos, na área da Filosofia da Arte e do Positivismo lógico. Em parte devido à sua manifesta posição filosófica, que muito desagradou ao Regime e ao Catolicismo, será afastado da sua cátedra na Faculdade de Medicina do Porto. Esta injusta situação marcou e penalizou profundamente as investigações levadas a cabo por Abel Salazar. Não obstante, continuou a desenvolver a sua actividade pedagógica junto de pequenos grupos de intelectuais, escreve inúmeras obras científicas e filosóficas e colabora com diversos jornais e revistas (entre muitas a *Seara Nova*). Para além da vastíssima e intensa actividade e produção científica (relativamente à qual publicou cerca de 113 artigos dedicados a temas como o cérebro humano, a histologia do ovário, o método tano-férrico, o aparelho de Golgi e Para-Golgi), Abel Salazar foi um intelectual eclético, pensador, pedagogo, filósofo, crítico de arte e artista. No campo da Filosofia explorou uma filosofia científica. Foi um crítico daquilo a que chama “filosofia sentimentaloides”¹ que pensava dominar o país na sua época. Podemos dizer que

¹ Abel Salazar- “Contra o Filosofismo III” in *O Trabalho*, 19/ 08/ 1937

na sua linha de pensamento predomina o físico sobre o metafísico. A problematização da metafísica será um tema dominante na sua obra, ponto de partida para o seu empirismo, que soube integrar a escola inglesa de John Locke e de David Hume, bem como a de Bertrand Russel. Mais do que defender um cientismo de inspiração positivista, é através de uma posição crítica alicerçada na objectividade científica que introduz em Portugal por exemplo o Relativismo de Einstein. Enquanto artista, foi um autodidata. Sem aderir a correntes artísticas ou estéticas, o seu estilo foi portador de uma herança naturalista, à qual alia uma forte componente de análise da realidade que o rodeia. Apresenta uma dimensão interventiva, de denúncia e de reflexão social, nomeadamente apoiando a luta pelo direito das mulheres trabalhadoras e do respectivo direito a condições dignas e justas. Despertou consciências e alertou para questões de justiça social eminentes, num país onde reinava a opressão. Apesar de não ter nunca pertencido ao partido Comunista, por ter representado com tal acuidade o povo, os trabalhadores e as trabalhadoras, foi por este diversas vezes adoptado por este partido através das suas pinturas. Álvaro Cunhal, que foi um grande admirador seu e cuja influência se fez sentir também nos seus vigorosos desenhos, argumenta que as obras de Abel Salazar constituem uma representação realista do mundo dos trabalhadores, sacrificados pelo salazarismo, mas não alcançam uma interpretação ideológica de classe, aspecto que se coaduna perfeitamente com a posição do cientista, que sendo um indivíduo de causas sociais, nunca aderiu a causas partidárias.

Painel 2 | Cientistas na Oposição ao Estado Novo

2 | *De anarco-sindicalista a Catedrático de Coimbra e do saneamento ao “exílio”. Percurso político do cientista-intelectual Aurélio Quintanilha*

Cláudia Ninhos | CHAM-FCSH/NOVA-UAç

O percurso político e científico de Aurélio Quintanilha, que atravessou várias décadas do século XX e três regimes políticos distintos, revela-se extremamente rico. Para além de homem da ciência, foi um intelectual que se envolveu na defesa da liberdade de pensamento. O seu engajamento político ocorreu muito cedo, ainda nos Açores, onde teve lugar a sua introdução ao anarco-sindicalismo, mas foi no continente, nomeadamente na cidade de Coimbra, que o ideário de Aurélio Quintanilha amadureceu. Privou de perto com outros intelectuais, como Vitorino Nemésio, que lhe chegou a dedicar o livro *Limite de Idade*. A sua dissertação *Educação de hoje-Educação de amanhã*, apresentada em 1921 para o Exame de Estado constitui uma crítica acérrima ao ensino em Portugal, nomeadamente à passividade com que o aluno era confrontado. Aí defendeu a componente prática, capaz de despertar a “curiosidade científica”, assim como a educação sexual dos jovens na escola, proposta que quase lhe valeu a reprovação por “incapacidade moral”. Na Universidade de Coimbra, onde chegou ao lugar de Catedrático, tornou-se conhecido entre os estudantes “pelo seu grande saber, eficiência didáctica e feitio desportivo” (Nemésio, 1975, p. 176). Aliava o saber à militância cívica, tendo sido um dos fundadores da Universidade Livre de Coimbra (1925-1933), criada em consonância com os valores republicanos e laicos. Como cientista, foi um dos primeiros portugueses a dedicar-se à citologia vegetal, não hesitando em ir para Alemanha, quando já era Catedrático, como

bolseiro da Junta de Educação Nacional, para estagiar junto de Hans Kniep em Berlim, onde ocupou ainda o lugar de leitor de Português. A relação de Quintanilha com a Ditadura Militar e depois com o Estado Novo tornou-se cada vez mais tensa. A 25 de setembro de 1927 Quintanilha foi considerado um “elemento avançado” e meses depois preso por ordem da Direcção-Geral da PVDE. A polícia política considerava-o “um dos indivíduos que em Coimbra mais se salienta contra a ditadura”, nos cafés e noutros estabelecimentos que frequentava, sendo mesmo considerado um agente de ligação por fazer viagens frequentes a várias localidades do Norte do país onde existiam unidades militares”. De Salazar, seu colega na Universidade de Coimbra, Quintanilha tinha uma péssima impressão, considerando-o “o tipo do padre católico apostólico romano fanático”. A sua história de anarco-sindicalista e a posição firme com que sempre enfrentou os poderes instituídos levaram à sua aposentação compulsiva por meio do Decreto-lei n.º 25317 de 13 de Maio de 1935. Quintanilha tinha 43 anos. Através do percurso de Aurélio Quintanilha e do seu posicionamento político sustentaremos que o cientista não é, de forma alguma, alguém neutro face à política, inserindo-o no ideal de pensador crítico defendido por Julien Benda.

Painel 2 | Cientistas na Oposição ao Estado Novo

3 | *Aurélio Quintanilha e António Sousa da Câmara: entre distintas ideologias políticas e semelhantes práticas científicas*

Quintino Lopes | IHC-CEHFCi-UÉ

Tradicionalmente a historiografia tende a acentuar as divisões políticas e ideológicas entre os intelectuais portugueses durante a ditadura. Consequentemente, as relações pessoais entre os intelectuais de campos políticos opostos têm sido desvalorizadas, ou entendidas exclusivamente como tensas, além de, no respeitante aos cientistas, se tender a associar o seu ideário e prática científica com o seu posicionamento político e ideológico. O percurso profissional e pessoal de Aurélio Quintanilha, catedrático da Faculdade de Ciências de Coimbra, e António Sousa da Câmara, catedrático do Instituto Superior de Agronomia, complexifica este entendimento da realidade. Reconhecido doutrinador anarquista, Aurélio Quintanilha manteve uma estreita relação de amizade com António Sousa da Câmara, convicto apoiante do Estado Novo que, após a aposentação compulsiva do seu colega da Universidade de Coimbra em 1935, foi responsável pelo seu ingresso na Estação Agronómica Nacional e, posteriormente, esteve por detrás da sua nomeação para director do Centro de Investigação Científica Algodoeira da Junta de Exportação do Algodão Colonial, em Moçambique. Os posicionamentos políticos opostos destes dois professores e cientistas não os impediu de também partilhar semelhantes ideologias e práticas científicas. A crença no sistema universitário alemão, promotor da conciliação entre ensino e investigação, conduziu-os, à imagem de inúmeros catedráticos espanhóis, mas contrariamente à prática científica da

generalidade dos professores catedráticos portugueses dos anos trinta, a estagiar prolongadamente no estrangeiro, especializando-se em questões de Genética. Viabilizados pelo auxílio financeiro da Junta de Educação Nacional, instituição estatal que organizava e apoiava a investigação científica em Portugal entre 1929 e 1936, estes estágios pressupuseram que estes dois professores, embora já catedráticos, se sujeitassem à supervisão de pares estrangeiros – prática fundamental para quem, como Aurélio Quintanilha, António Sousa da Câmara e a Junta de Educação Nacional, pretendia *europeizar* a ciência produzida em Portugal.

Painel 2 | Cientistas na Oposição ao Estado Novo

4 | *Manuel Valadares: cientista, militante, pacifista*

Ângela Salgueiro | IHC-CEHFCi-UÉ-FCSH/NOVA

José Pedro Sousa Dias | MUHNAC e IHC-CEHFCi-UÉ

Maria de Fátima Nunes | Universidade de Évora, IHC-CEHFCi-UÉ

Em 1947 o físico Manuel Valadares (1904-1982), assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, viu ser-lhe rescindido o seu contrato por motivações de índole política, na sequência de um movimento de longa duração, que se iniciara na primeira metade da década de 1930, de depuração de uma Universidade com diferentes matrizes intelectuais e mentais, onde perduravam muitos dos ideais políticos e científicos republicanos. Para as autoridades políticas do Estado Novo a Universidade desempenhava um papel central enquanto “instrumento do Estado para a formação do escol espiritual da Nação” [PACHECO, Carneiro. 1934, *Três Discursos*: 26], o que tornava premente o afastamento de todos os elementos de instabilidade e de agitação. Foi nesta conjuntura que Manuel Valadares, um dos principais dinamizadores do Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa, com investigações inovadoras no domínio da Espectrografia dos Raios-X, da Radioactividade e da Energia Nuclear, se tornou um elemento inconveniente para as autoridades políticas e académicas. Aproveitando a conjuntura de relativa abertura do regime em 1945, na sequência do fim da Segunda Guerra Mundial e da preparação das eleições legislativas de Novembro desse ano, Valadares integrou o Movimento de Unidade Democrática (MUD), foi um dos signatários do manifesto publicado

no jornal *República* e intitulado “Um grupo de intelectuais portugueses dirige-se ao país, afirmando que só um povo livre pode gerar uma cultura e só a Democracia permite a formação de um povo livre”, sendo também um dos críticos mais destacados do sistema de ensino superior e da organização da actividade científica no País. Ao seu afastamento da Universidade seguiu-se um longo exílio em França, com importantes implicações na actividade científica nacional, que perdia assim um dos seus mais dinâmicos investigadores, num domínio que rapidamente se tornaria estratégico para os interesses económicos portugueses – a Energia Nuclear –, afectando, por outro lado, a actividade política de Valadares, então militante do Partido Comunista Português e um importante elo de ligação entre vários intelectuais portugueses e os seus congéneres estrangeiros. Contribuiu também para intensificar a sua ligação a vários movimentos pacifistas internacionais, nomeadamente ao Conselho Mundial da Paz, um organismo na área de influência soviética, tendo por base uma concepção de construção pacifista do Socialismo. Com a presente comunicação, pretende-se reanalisar o processo de depuração política dos cientistas portugueses da Universidade, à luz do caso de estudo de Manuel Valadares e das fontes actualmente disponíveis provenientes dos arquivos da polícia política, compreendendo os efeitos desta depuração na actividade científica, intelectual e política do autor, numa conjuntura marcada pela reflexão em torno do centenário da Revolução Russa (1917-2017) e da influência que essa mesma Revolução teve em diferentes espaços e escalas, especialmente no âmbito científico, um domínio de estudo ainda emergente e pouco conhecido em Portugal, de que Manuel Valadares é um dos actores mais interessantes.

Painel 2 | Cientistas na Oposição ao Estado Novo

5 | *Henrique de Barros: um percurso entre a ciência agrónómica e o intervencionismo político*

Leonardo Aboim Pires | IHC-FCSH/NOVA

Henrique de Barros (1904-2000) ocupa, no contexto da ciência agrónómica em Portugal, um lugar muito destacado, através do magistério que exerceu no Instituto Superior de Agronomia. Mas também através da sua extensa produção científica que focou os diversos aspectos em que assentava a realidade rural e do campesinato coevo, desde a questão cerealífera até à reforma agrária, passando pelas estruturas sociais da economia agrária, convertendo-o numa das figuras mais relevantes neste campo de estudos. Foi também um dos protagonistas na criação do Centro de Estudos da Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian, fundado em Setembro de 1957, sendo esta uma instituição que congregava uma série de engenheiros agrónomos, criando-se um *think-tank* no campo de estudos rurais e na génese da sociologia rural em Portugal. Além disso, pugnou-se pela revitalização do cooperativismo, radicando a sua visão no ideário sergiano, que divulgou através de várias obras e textos. Paralelamente à carreira de investigação e docência, Henrique de Barros foi ainda um membro da oposição ao Estado Novo, tendo sido membro da Comissão de Socorro aos Presos Políticos e candidato nas listas oposicionistas que concorrem às eleições legislativas de 1969. Mas será depois da Revolução do 25 de Abril de 1974, que o seu percurso político se adensará, tendo sido Presidente da Assembleia Constituinte (1975-1976), Ministro de Estado do I Governo Constitucional (1976-1977) e Presidente do Conselho Nacional do Plano (1979-1981). Partindo

da definição de Luís Reis Torgal – “[...] o conceito de intelectual supõe um certo nível de produção e intervenção cultural e uma problematização de conceitos, servidos por uma leitura, mais ou menos complexa ou simples [...]” (TORGAL 2006: 90) - esta comunicação visa analisar estas duas facetas de Henrique de Barros – o intelectual e o político –, revisitando o seu pensamento económico e científico, a evolução da sua carreira, mas também o seu papel enquanto resistente à ditadura.

Painel 3 | Católicos e o Estado Novo

1 | *O escritor Manuel Ribeiro e o cineasta Perdigão Queiroga: dois diferentes percursos sob a ditadura*

Luís Carvalho | FCSH/NOVA

Manuel Ribeiro (Albernoa/Beja, 1879 – Lisboa, 1941) foi um dos principais pensadores do sindicalismo revolucionário em Portugal no início da República. Seria um dos primeiros apoiantes portugueses da Revolução Bolchevique na Rússia e um dos mais destacados fundadores do Partido Comunista Português. Tornou-se depois um dos escritores mais vendidos e discutidos em Portugal durante a década de 1920, causando polémica com o seu abandono da militância política e a sua conversão ao catolicismo. Sob a ditadura tomou posição a favor da democracia e reatou ligações ao PCP. Integrou um pioneiro grupo de católicos anti-fascistas, em torno da figura do padre Francisco Alves Correia que acabaria expulso de Portugal. Quanto a Perdigão Queiroga, (Évora, 1916 – Alcoentre, 1980), nasceu numa família republicana. Era aliás cunhado do presidente António José de Almeida. Mas nunca foi dado à militância política. Destacou-se como realizador de um dos grandes sucessos do cinema português da década de 1940, *Fado – história de uma cantadeira*, com Amália Rodrigues no papel principal. Mais tarde trabalharia para o Secretariado Nacional de Informação, na realização de documentários e reportagens. Mas pelo meio foi um dos criadores de um cinema de inspiração neo-realista em Portugal. E foi vítima da censura. Em 1953 Perdigão Queiroga adaptou ao cinema o romance *Planície Heróica* de Manuel Ribeiro. É esse o ponto de encontro destes dois intelectuais e o ponto de partida desta comunicação em que nos propomos abordar e questionar os seus diferentes percursos e posicionamentos sob a ditadura.

Painel 3 | Católicos e o Estado Novo

2 | *A intervenção do MRAR – Movimento de Renovação da Arte Religiosa (1953-1969): contributos para a construção da oposição católica*

João Alves da Cunha | CEHR, Universidade Católica Portuguesa

Fundado em 1953, o MRAR – Movimento de Renovação da Arte Religiosa traduziu a união de um grupo de arquitetos, artistas plásticos e historiadores – como Nuno Teotónio Pereira, João de Almeida, Nuno Portas, Diogo Pimentel, Luiz Cunha, Manuel Cargaleiro, José Escada, Maria José de Mendonça e Madalena Cabral – empenhados em conferir à arte e aos edifícios religiosos em Portugal uma maior dignidade e qualidade plástica, numa oposição formal à manutenção dos modelos tradicionalistas promovidos pelo Estado Novo. Criado por um grupo envolvido numa causa específica, o MRAR não deixou de ser um movimento profundamente comprometido com o seu tempo, influenciando-o mas também sendo influenciado por ele. Se num primeiro momento se dedicou a pugnar pela modernidade na arquitetura religiosa, rapidamente o sentido de serviço dos seus membros na defesa de uma sociedade livre, digna e justa levou-os a completar essa militância com o envolvimento na luta pela transformação da realidade social, económica e política do país. Os membros do MRAR, imersos nos problemas e dúvidas da Igreja e do mundo, não deixaram de traçar o destino do Movimento com essas inquietações. Como reconheceu o P. João de Almeida – um dos fundadores do movimento – já na década de 1960, “*a nossa atenção foi solicitada por novos problemas surgidos da própria efervescência da vida, que agora fomos capazes de detectar porque nós próprios amadurecemos para uma*

*visão mais profunda*². Durante quinze anos politicamente conturbados e de forte secularização, o MRAR soube reunir, formar e sensibilizar arquitetos, artistas, padres e seminaristas para a dimensão estética das obras da Igreja, juntando-os numa caminhada de estudo, discussão e formação comum que se revelou como factor de qualificação da arte e da arquitetura religiosa, onde se contam algumas das mais notáveis peças de paramentaria, ourivesaria, pintura e escultura sacra realizadas em Portugal no século XX. Graças a esta ação persistente, o MRAR conseguiu afirmar em Portugal um programa artístico e pastoral que se constituiu como o melhor exemplo de intervenção religiosa e cultural de uma elite que operou uma efetiva renovação da arte e dos edifícios religiosos em oposição aos modelos arquitetónicos que agradavam ao regime de Salazar.

² [MRAR], Novos Conceitos de Igreja, *MRAR – Boletim*, 3ª Série, s/nº, (jan.1967-mai.1968), p.1.

Painel 3 | Católicos e o Estado Novo

3 | «*Em prol da Arte e dos Artistas portugueses*»: A actividade de José Augusto Alegria nas décadas de 60 e 70

Luís Henriques | CESEM, Universidade de Évora

A frase que serve de título a este breve estudo finaliza o prólogo da *História da Escola de Música da Sé de Évora* (1973) do Cónego José Augusto Alegria (1917-2004) e, de certa forma, resume a postura ideológica que pautou o seu trabalho musicológico ao longo do século XX. Figura controversa no meio, pelo seu conservadorismo, a sua actividade musicológica centrou-se na polifonia vocal sacra dos séculos XVI e XVII, focando a música em torno de instituições musicais como a Sé de Évora (e os compositores associados a esta instituição), a Capela e Colégio dos Santos Reis do Palácio Ducal de Vila Viçosa e, mais tarde, também a Sé de Elvas. Alegria foi também uma das figuras principais no arranque da segunda série da *Portugaliae Musica* – uma vasta colecção que envolvia a edição moderna do património musical português – financiada pela Fundação Calouste Gulbenkian, sendo autor de seis volumes entre 1962 e 1974, e mais oito nas décadas de 80 e 90. Para além da edição musical, foi ainda autor de vários tratados sobre teoria da música de autores dos séculos XVI e XVII, assim como de vários catálogos de fundos musicais – destacando-se aqueles actualmente conservados na Biblioteca Pública e Sé de Évora – e ainda inúmeros estudos sobre a actividade musical de instituições religiosas. Este estudo centra-se na actividade musicológica de Alegria durante as décadas de 60 e 70, período fundamental na história da musicologia portuguesa do século XX. Através de uma análise dos seus escritos pretende-se compreender as suas posturas enquanto intelectual, assim como as influências no seu trabalho, fruto do contacto que manteve com os seus congéneres nacionais e estrangeiros, assim como as metodologias utilizadas à luz dos vários contextos musicológicos da época.

Painel 3 | Católicos e o Estado Novo

4 | *O grupo da Livraria Moraes Editores: A ação que começa na consciência*

Sara Ludovico | CHAM-FCSH/NOVA-UAç

Esta apresentação procurará refletir sobre uma das vertentes do processo de desenvoltura cultural, reconhecível tanto no “pensamento” como na “ação”, de uma parte do grupo que ficaria conhecido como “católicos progressistas”, em Portugal. Com uma espécie de “humanismo interventor”, este grupo e o seu projeto de cultura e cidadania conduziu, na época, a um novo modo de intervenção política e artística, ou seja, a uma intervenção baseada numa «concepção libertadora e progressista da história e da pessoa humana» (primeiro editorial da revista *O Tempo e o Modo*). Este humanismo interventor inspirou uma nova forma de estar *eticamente* na política e na cultura. A partir do momento em que este processo sugere uma mera reconhecimento da relação entre as circunstâncias político-sociais de então e uma particular orientação espiritual, onde se salienta o papel da religião como instituição de estabilização nos anos 50 e de destabilização nos anos 60, esta abordagem pretende contemplar as questões de poder no ato de nomear e de representar um determinado mapa cultural, a construção de uma forma de identidade através da qual se confere aos cidadãos direitos sociais dentro de comunidades políticas e a inscrição de novas linguagens através das quais se descrevem certos valores e ideias, na crença de que estas comportem consequências sociais e culturais desejáveis na esfera pública. Uma investigação mais alargada dos focos ideológicos, do funcionamento da inquietação em rede e das suas margens utópicas, bem como da forma como estes se disseminam em micro-organizações, permitindo

efetivamente encontrar dentro da constelação organizadores de diversificação interna e de organização externa, revelará a ideia de um projeto concreto. Por fim, tentará verificar-se se este mesmo grupo foi capaz de formar um pensamento influente, tomando em consideração a sua “acção” combativa e tendo como objeto privilegiado de estudo o projeto concreto da Livraria Moraes Editores, adquirida no simbólico ano de 1958 por António Alçada Baptista, que nela envolveu figuras Pedro Tamen, João Bénard da Costa, Nuno Bragança, entre outros. Ao desfiar as mais emblemáticas e importantes coleções e ao compreender as opções editoriais desta editora, conciliando liberdade e religião, percorremos quase 30 anos da história do Portugal contemporâneo e captamos o espírito do tempo das épocas que foi atravessando.

Painel 3 | Católicos e o Estado Novo

5 | *Um intelectual comprometido: Nuno Teotónio Pereira*

João Miguel Almeida | CEHR, Universidade Católica Portuguesa e IHC-FCSH/NOVA

Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) foi um intelectual que não só desempenhou um papel relevante em ações de resistência à ditadura e de luta pela liberdade no período do pós II Guerra Mundial, como, a partir da década de 1960, liderou iniciativas de oposição ao Estado Novo no campo associativo, cooperativo, da imprensa semi-legal e clandestina. Licenciado em Arquitetura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, em 1949, a sua participação no I Congresso Nacional de Arquitetura, no ano anterior, já é marcada pela contestação à imposição de um modelo arquitetónico pelo Estado Novo, do chamado «português suave». A sua reivindicação simultânea de uma liberdade criativa e de uma responsabilidade cívica dos arquitetos, associada a um forte interesse pela habitação social e pelo urbanismo, liga a dimensão artística, técnica, científica da arquitetura a um empenhamento de carácter cívico e político. O afastamento compulsivo de Keil do Amaral da presidência da direção do Sindicato Nacional dos Arquitetos, em finais de 1948, é um momento de clarificação da atitude dirigista e censória do Estado Novo face ao trabalho dos arquitetos. As eleições presidenciais de 1958 assinalam uma intervenção cívico-político de Nuno Teotónio Pereira que se intensificou e radicalizou até ao final da ditadura. A projeção do seu trabalho como arquiteto no espaço público é assinalada pela atribuição de um prémio Valmor em 1967 e pela sua nomeação como Presidente da Seção Portuguesa da União Internacional dos Arquitetos

(UIA). No entanto, a sua intervenção cívica não é apenas legitimada por uma dimensão profissional, mas também, em grande medida, por uma postura religiosa e ideológica então designada de «católico progressista». Esta postura é bastante incómoda para o regime político, pois evidencia contradições entre a sua prática e os valores cristãos que alega defender. O posicionamento de Nuno Teotónio Pereira resulta em fortes clivagens com dirigentes e ideólogos do Estado Novo (incluindo o seu tio, Pedro Teotónio Pereira) e com a hierarquia católica. Nuno Teotónio Pereira não é apenas um intelectual que toma posições públicas contra a ditadura, mas também que organiza, lidera e abre espaços de crítica e ação contra o Estado Novo e a sua relação com a Igreja Católica: na cooperativa Pragma, no Centro Nacional de Cultura, no jornal clandestino *Direito à Informação*, nos *Cadernos do GEDOC*, nos *Sete Cadernos Anticoloniais*, no *Boletim Anticolonial* e nas vigílias pela paz de S. Domingos e da Capela do Rato. É um intelectual que associa intervenções com um forte cunho moral a compromissos com causas concretas, de um modo que corresponde aos requisitos do compromisso formulados por Mounier. As suas causas prioritárias foram a luta pelas liberdades artística, de expressão, associativas, políticas; o direito à habitação; o fim da ditadura e do colonialismo.

Painel 4 | Intelectuais e Discursos de Oposição Política

1 | *O “Intelectual” num contexto de resistência e oposição. Um conceito polissémico*

Cátia Pereira | IHC-FCSH/NOVA

A resistência e oposição no meio intelectual não surgem apenas como resposta ao período vivido durante a Segunda Guerra Mundial e à “tirania” dos fascismos. Já desde os anos vinte e trinta do século XX que os intelectuais se interrogavam sobre as mais variadas questões sociais e económicas, políticas e culturais, e sobretudo, sobre o futuro de uma Europa que se encontrava em declínio. É neste contexto que se irão moldar as origens da resistência e oposição intelectual. No pós-guerra a situação altera-se, e a vitória das forças antifascistas, em 1945, abria caminho às transformações desejadas pela resistência intelectual. A partir de 1970, vamos assistir a várias mudanças na própria historiografia no que se refere a esta problemática. Os intelectuais passaram, de uma forma subtil, a ocupar novamente um lugar efectivo como importante objecto de estudo, saindo daquilo a que Sirinelli chamou de “ângulo morto”. No que toca a Portugal, os intelectuais, no período compreendido entre 1958 a 1974, não foram ainda objecto de um estudo específico e de conjunto. No entanto, podemos constatar que existem investigações, que deram origem a biografias de alguns homens que foram considerados intelectuais na época e que se revelaram em vários momentos da História importantes para o panorama político e cultural e, é no contexto do Neo-realismo, movimento associado quer à componente literária quer às artes plásticas e, sobretudo, à história da resistência antifascista, que se vai desenhar uma nova configuração da figura do intelectual incumbindo-lhe,

assim a missão de mergulhar nas massas para consciencializá-las. No entanto, nem todos os homens ou mulheres que lidavam com a cultura ou questões culturais ao serviço de um regime e dos seus órgãos de governo se podem, quer ontem quer hoje, considerar como «intelectuais orgânicos». Isto porque o intelectual não é apenas um intervencionista cultural e ideológico, mas é, também, alguém que pensa e reflecte sobre a própria cultura. Isto porque o intelectual não é apenas um intervencionista cultural e ideológico, mas é, também, alguém que pensa e reflecte sobre a própria cultura. Assim sendo, podemos afirmar que alguns activistas culturais são sobretudo «funcionários políticos», ou «políticos funcionários», ou, por assim dizer, são simples «funcionários culturais». A cultura serve apenas como instrumento para dar corpo à sua ideologia, que se caracteriza mais pelo carácter reprodutivo do que pelo sentido de produção. Tratava-se de levar a cultura até ao povo e, para o fazer era necessário estar disposto a descer do pedestal com o intuito de conhecer melhor o próprio *povo* e as próprias *massas*.

Painel 4 | Intelectuais e Discursos de Oposição Política

2 | *Uma voz que se opôs à opressão: Ferreira de Castro*

Riccardo Cocchi | Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Segundo o crítico Alexandre Pinheiro Torres (1974), o Estado Novo em Portugal – regime ditatorial que, vale a pena lembrar, foi um dos mais duradouros na Europa – apenas continuou “um sistema de repressão de séculos”: pois, nessa visão de Torres, esse país já teria sido submetido, durante oitocentos anos da sua história, a um correspondente período de constrição da liberdade individual e coletiva. Isso é tanto mais verdadeiro quanto mais se observam, sendo bastante patentes ainda hoje, resíduos de repressão em Portugal, derivados dessas inibições passadas, e que se refletem, em particular, na educação e na vida quotidiana. Nesta comunicação convocamos dois textos dum escritor que, apesar de estar atualmente afastado dos cânones institucionais, foi uma figura marcante em diversos sentidos, quer no panorama literário lusófono quer no internacional: Ferreira de Castro. É curioso que uma boa parte da crítica considere esse autor, que produziu obras como *A selva* (1930) e *A lã e a neve* (1947), como um escritor medíocre e incapaz de empregar elevados recursos retórico-literários, enquanto segundo o mesmo Torres, embora concorde em parte com essas afirmações, reconhece a Ferreira de Castro diversos méritos – entre os quais o facto de ter sido o primeiro escritor em Portugal que teve o atrevimento de denunciar, naquela época, o estado de alienação em que vivia o povo português. E, apesar de Ferreira de Castro ser mais conhecido – tanto em Portugal como no resto do mundo – como romancista, seleccionámos esses dois textos, aliás duas *Mensagens* (1946; 1949), em que o que mais nos interessa, para a nossa análise, é

apenas ressaltarmos e refletirmos sobre a posição assumida por esse escritor em relação ao regime ditatorial, à censura e ao tema, possivelmente, que mais lhe era caro – o da liberdade.

Painel 4 | Intelectuais e Discursos de Oposição Política

3 | *Soeiro Pereira Gomes na clandestinidade (1944-1949): escritor e/ou intelectual?*

Giovanni Ricciardi | Università degli studi di Napoli – L'Orientale

Literatura e cidadania (1935-41), literatura e política (1942-1944) e política e literatura (1944-1949) correspondem a três etapas da breve vida do autor de *Esteiros*. No período da clandestinidade, a terceira etapa, a política prevalece sobre a literatura, o empenho como intelectual orgânico ao Partido pretende interferir na literatura, com resultado double face: de um lado as "correções" ideológicas de *Engrenagem*, começando pelo título que passa a se chamar *Embate*, do outro os *Contos vermelhos*, em que a emoção e a compaixão pelos homens são sublimados pela escrita alta e vigorosa.

Painel 4 | Intelectuais e Discursos de Oposição Política

4 | *Alfredo Margarido: o primeiro intelectual anti-colonialista?*

João Tiago Lima | CICP, Universidade de Évora

A 8 de Maio de 1958, Humberto Delgado enumera, numa declaração pública, algumas das razões que fundamentam a sua candidatura a Presidente da República, entre as quais se destaca a seguinte: «(...) quando se diz que Portugal é uno e se expulsa um Português de uma província ultramarina por criticar o governo local, como se se tratasse de território estrangeiro». Embora tal não seja dito expressamente, Delgado parece estar a referir-se a Alfredo Margarido (1928-2010) que foi, de facto, expulso de Angola, através de uma decisão do Governador-Geral Horácio de Sá Viana Rebelo, publicada em 11 de Novembro de 1957. Qual o fundamento para essa expulsão que, no quadro de um país que ia do Minho a Timor, é sem dúvida algo inusitada? De acordo com o que consta do *Boletim Oficial* que divulga a decisão do Governador-Geral, Alfredo Margarido publicara «na Imprensa da Metrópole artigos em que se evidencia menos consideração pelas autoridades e menosprezo por alguns Serviços Públicos desta Província [Angola, entenda-se]». Em 2005, na introdução a uma entrevista que efectuou a Alfredo Margarido para a revista *Latitudes*, António Garcia apresenta o seu entrevistado como «o primeiro anti-colonialista português». Os textos que Alfredo Margarido publicou na imprensa lisboeta, sobretudo em *O Diário Popular* (nas suas duas diferentes edições: a metropolitana e a aérea – esta posta à venda apenas nos territórios ultramarinos), acerca da vida social, económica e cultural em Angola estão hoje praticamente esquecidos, pois o próprio autor entendeu não os reunir ou sequer os incluir nos diversos livros que publicou

depois do 25 de Abril de 1974. A presente comunicação visa responder à seguinte questão: os textos de Alfredo Margarido publicados em 1957 veiculam uma perspectiva anti-colonialista ou, pelo contrário, foi a expulsão de Angola decretada por Viana Rebelo que fez do intelectual Alfredo Margarido o “primeiro anti-colonialista português”? Esta investigação insere-se num trabalho mais amplo que visa dilucidar o modo, heterogéneo e diversificado, como os intelectuais portugueses pensaram a *situação africana* (para usar a expressão com que Eduardo Lourenço intitula um texto seu sobre o tema) nas décadas 50 e 60 do século passado. Para isso, efectuou-se a recolha, leitura e análise de todos os artigos publicados por Alfredo Margarido nos anos imediatamente anteriores ao início da Guerra em Angola, bem como a consulta do seu processo existente no Arquivo da PIDE-DGS (Processo 554/GT, NT 1417).

Painel 4 | Intelectuais e Discursos de Oposição Política

5 | *A paródia da ditadura em Dinossauro Excelentíssimo de José Cardoso Pires*

Rui Sousa | Investigador independente, Universidade de Évora

Recentemente reeditado pela Leya, integrado na coleção Livros RTP, *Dinossauro Excelentíssimo* de José Cardoso Pires constitui um dos exemplos mais paradigmáticos da literatura portuguesa. Publicado em 1972, esta obra surpreende pela crítica paródica ao regime do Estado Novo, à figura de António de Oliveira Salazar, assim como, a alguns dos «mitos ideológicos fundadores» do Estado Novo, nomeadamente, o da «pobreza honrada» ou da «*aureas mediocritas*», conforme a enumeração elaborada por Fernando Rosas (2013). Apesar de se tratar duma das obras menos estudadas do autor português, *Dinossauro Excelentíssimo* destaca-se, ainda, por se enquadrar na linha da *novela del dictador*. Tida como uma tradição essencialmente latino-americana, a *novela del dictador* encontra em *Dinossauro Excelentíssimo* um representante digno que antecede, no modo como elabora um retrato jocoso do ditador, obras tão significantes deste subgénero como *El Recurso del Método* (1974) de Alejo Carpentier, *Yo el Supremo* (1974) de Augusto Roa Bastos e *El Otoño del Patriarca* (1975) de Gabriel García Márquez. Apesar da crítica a António de Oliveira Salazar, *Dinossauro Excelentíssimo* escapa, surpreendentemente, à Censura. Ainda que Cardoso Pires mencione o episódio decorrido na Assembleia Nacional, em que o deputado fascista Casal Ribeiro cita o *Dinossauro Excelentíssimo* como um exemplo da liberdade de imprensa – impedindo desde esse momento a apreensão oficial da obra –, decorrem, entre a data de publicação e este episódio, cinco meses de estranha desatenção censória. Esta obra, que

equipara o ditador português a um dinossauro, viciado em perseguir palavras, estende a sua crítica à sociedade portuguesa. Resulta dessa crítica, uma condição evolutiva que desemboca numa reescrita da obra em 1975. Obtemos desde modo dois retratos da ditadura e das suas consequências, sociais e culturais: uma primeira versão, destinada a uma leitura num contexto em que ainda vigora o regime do Estado Novo e, uma segunda versão, elaborada após o 25 de Abril, de certo modo indicativa de algum desalento perante a evolução do processo democrático. A primeira versão destaca-se, ainda, pelas ilustrações de João Abel Manta, caricaturista por excelência de Salazar, que conferem a esta obra um propósito paródico dos compêndios de História para crianças, como é o caso da *Historiazinha de Portugal* de Adolfo Simões Müller (publicado entre 1942 e 1983). *Dinossauro Excelentíssimo* representa, pelos factores aqui enumerados, um caso único na Literatura Portuguesa. A crítica ao regime do Estado Novo nela contida, assim como, a colagem biográfica do personagem do Dinossauro a António de Oliveira Salazar e a desconstrução dos mitos do regime, tornam esta obra um dos mais importantes discursos de oposição produzidos durante o Estado Novo.

Painel 5 | Professores, Cientistas e Tecnocratas

1 | *“Missão cultural”, ou a “cultura como missão”? Disputas por uma intelligentsia portuguesa no Brasil*

Débora Dias | Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Esta comunicação se propõe a analisar vieses do intercâmbio realizado por intelectuais portugueses no Brasil, num pano de fundo caracterizado, desde a década de 1930, por uma crescente convivência política entre os governos de ambos os países, clima que o suicídio de Getúlio Vargas (agosto de 1954) e a subida ao poder de Juscelino Kubitschek (janeiro de 1956) não quebrou. Nesse sentido, analisaremos a repercussão que tiveram as “embaixadas culturais” enviadas por Portugal, contrapondo-as à presença de uma informal “missão portuguesa” no Brasil, de feições mais espontâneas e, em maioria, composta por exilados portugueses e opositores brasileiros ao Estado Novo salazarista. Mais em concreto, estudaremos não só as negociações que ditaram a presença de intelectuais caros à situação portuguesa em iniciativas culturais e acadêmicas brasileiras, na esteira dos acordos celebrados entre os governos dos dois países, mas também as reações críticas que se levantaram contra alguns dos nomes escolhidos e a favor de outros, ausentes por discriminação política. Por isso, também acompanharemos os passos que conduziram à formação de um ambiente de oposição ao Estado Novo de Salazar no outro lado do Atlântico, animado por um grupo que incluía nomes como Paulo Duarte, Sérgio Buarque de Holanda, Décio de Almeida Prado, Mário Neme, Antônio Cândido, João Cruz Costa, entre outros, muitos deles ligados à formação e afirmação do campo universitário brasileiro decorrente, sobretudo, da fundação da Universidade de São Paulo

(USP). Nesse contexto, serão destacados episódios relacionados tanto com as negociações para a chegada de professores universitários portugueses e com o perfil dos escolhidos, como com as discussões internas que elas provocaram, quer entre os mais críticos, quer nos que defendiam o “situacionismo”. Para isso, as advertências e juízos intercambiados entre o professor da Universidade de Coimbra, Joaquim de Carvalho, e o uspiano João Cruz Costa sobre os personagens, os eventos e os bastidores da cena acadêmica luso-brasileira são um riquíssimo manancial de informação acerca das incidências das “políticas do espírito” no interior de um meio onde o pensamento crítico e o entendimento da “cultura como missão” estavam sob suspeita e vigilância. Mas, com a valorização deste tipo de cumplicidades, também se pretenderá sublinhar que o estudo das relações culturais entre Portugal e o Brasil não poderá ficar limitado à sua faceta oficial, já que, paralelamente a esta, e até contra ela, emergiram informais redes e circuitos de contato, por onde passaram ideias, livros e iniciativas muito relevantes para a história dos intelectuais no período em pauta.

Painel 5 | Professores, Cientistas e Tecnocratas

2 | *Um discreto antifascismo. O engenheiro Pedro Nunes – de técnico e alto funcionário a militante pela democracia popular*

João Arsénio Nunes | CEI-IUL

O engenheiro Pedro Arsénio Nunes (1917-2000) foi nos anos 40 e 50 um nome destacado da engenharia hidráulica portuguesa, com intervenção doutrinária na discussão dos aproveitamentos hidroeléctricos e responsabilidade na respectiva preparação. Na qualidade de engenheiro-chefe da Hidroeléctrica do Douro, foi também, entre 1953 e 1959, o principal responsável técnico pela execução do plano de aproveitamento do Douro internacional. Assumiu a seguir as funções de director-geral e presidente da administração do Porto de Lisboa, que exerceu até 1974. Simultaneamente teve em diversos momentos actividade no Conselho Superior de Obras Públicas e na Ordem dos Engenheiros, de que foi presidente (bastonário) no quadriénio 1970-73. Nesta qualidade foi também, por inerência do cargo, procurador à Câmara Corporativa. Ainda como bastonário, teve intervenção activa na movimentação da Ordem pela libertação de engenheiros que se encontravam presos, assim como no apoio à luta dos estudantes de Engenharia. Secretário de Estado das Obras Públicas durante o curto período de duração do I Governo Provisório (maio-junho de 1974), foi nessa qualidade o autor da proposta da primeira nacionalização então realizada, a da Companhia das Águas. Exercendo a partir daí até à reforma as funções de inspector-geral do Conselho Superior de Obras Públicas, surge em 1982 como candidato da UDP à presidência da Câmara municipal de Lisboa, passando depois a integrar o Conselho Nacional desse partido. Neste período assume explícita posição pelo

socialismo e intervém sobre questões de actualidade na óptica profissional (v.g. conferência na Ordem dos engenheiros sobre “engenharia civil e regionalização”). A comunicação pretende seguir o percurso biográfico de um intelectual técnico, aparentemente apolítico e “conscientemente ambíguo” (conforme expressão sua) a maior parte da vida, de modo a explicar as origens e detectar as expressões, os limites e as contradições de um pensamento, nomeadamente no plano social, que o conduziria à tomada de partido da última fase. Mais amplamente, pretende-se inserir este contributo biográfico na problemática das relações entre o “Estado Novo” e as concepções da modernização do país, indissociável dos diversos afluentes da formação do antifascismo que inspirou o 25 de Abril e que, nas condições do mundo de hoje, tem renovada actualidade. A investigação baseia-se predominantemente na documentação do espólio do biografado, incluindo correspondência pessoal, e em publicações da sua autoria (textos de conferências, artigos de revistas técnicas, profissionais e culturais).

Painel 5 | Professores, Cientistas e Tecnocratas

3 | *Pelos brônquios do Estado Novo: radiografia(s) aos intelectuais da Assistência Nacional aos Tuberculosos na máquina do poder*

José Carlos Avelãs Nunes | CIUHCT-UL e CEIS20-UC

O combate à tuberculose, durante todo o século XX, permite a constituição de uma película de um enredo dinâmico e mutável, quer pelos seus actores quer pelos seus diversos palcos. A partir do seu mais importante baluarte, a Assistência Nacional aos Tuberculosos (ANT/IANT/SLAT, 1899-1975), é possível tracejar o papel dos médicos – tanto como intelectuais ou como *experts* – no combate à *peste branca*. Aliás, torna-se um caso ilustrativo e até pragmático dos seus actores sobre vários palcos: desde a Monarquia passando pela Ditadura Militar, o Estado Novo e, finalmente, pelos cravos de Abril. Os seus membros permitem uma leitura multidisciplinar e tentacular, para uma leitura cruzada entre o poder médico e o poder político. Envolvendo uma extensa série de intelectuais, destacam-se os seus presidentes e vários momentos. Um primeiro, com o afastamento de D. António de Lencastre com a queda da Monarquia (1900-1910), que deu lugar à regência do médico Cassiano Neves (1910-1930). Esta transição, acompanhando as diversas transfigurações e mutações para uma preparação do Estado Novo, manifesta as profundas alterações ao combate, imperiosas a uma população vítima de uma hecatombe. No entanto, é um segundo momento – com Fausto Lopo de Carvalho na direcção da ANT (1931-1938) – que se torna mais denso e profícuo nas relações com o Estado Novo. Com Egas Moniz publica os pioneiros trabalhos sobre a Angiopneumografia, e ganha um estatuto internacional a partir da década de 30 do século XX.

Consolidado cientista e reputado fisiologista, foi agraciado pelo regime e, inclusivamente, com este teceu uma elaborada manta de retalhos. As ligações com Salazar são controversas e conturbadas - mas poderosas - a par das relações com Bissaya Barreto ou Duarte Pacheco. Lopo de Carvalho pertenceu à Academia das Ciências de Lisboa e à Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, como de muitas outras importantes sociedades no plano internacional. Em 1985 foi novamente agraciado como Grande Oficial, a título póstumo. Seguidamente, a ANT sofreu uma autofagia, imposta pelo Estado Novo, e Albano Castelo Branco assume a sua direcção até à década de 60 (1939-1960). No entanto, Lopo de Carvalho Cancellata de Abreu preside a instituição (1961-1968), e reacendem-se as ligações a Salazar e aos seus ministros, destacando-se Marcello Caetano. Aliás, da ANT transitou para Ministro da Saúde e da Assistência, até chegar a deputado da Assembleia Nacional. Configurou-se, assim, um terceiro momento, antes da quente década de 70. A partir destes intelectuais e as suas relações com o Estado Novo é possível estabelecer uma intrincada rede de poder mas, acima de tudo, o(s) seus(s) posicionamento(s) perante uma aparente dialecto ideológico-científico, a partir de documentação de arquivo. Por outro lado, perante a morte em catadupa da sociedade já com um possível combate efectivo à tuberculose, indaga-se sobre o posicionamento político e social destes intelectuais, nos seus diversos momentos.

Painel 5 | Professores, Cientistas e Tecnocratas

4 | *As práticas de curas populares através das obras dos folcloristas portugueses*

Diádiney Helena de Almeida | Fiocruz e Universidade de Coimbra

O campo dos estudos de folclore português foi caracterizado por iniciativas regionais formadas por intelectuais de diversas áreas do conhecimento. Estes variados estudos regionais, produzidos ao longo do século XX, podem ser compreendidos como alinhados ao pensamento político burguês e caracterizado por ações pragmáticas e diversificadas ligadas à formação de uma identidade nacional. Busca-se, nesta comunicação, discutir algumas obras voltadas para o estudo do folclore português, mais especificamente abordando as práticas de curas populares nomeadas de “medicina popular” pelos intelectuais envolvidos. Trata-se de uma ampla documentação, caracterizada pela heterogeneidade em sua forma e conteúdo, em que estão presentes descrições e modos de curar das mais diversas regiões portuguesas. Boa parte dessa documentação é caracterizada pela ausência de contextualização e, conseqüentemente, por uma generalização dos elementos apresentados. Objetiva-se aqui apresentar e analisar algumas obras que marcaram um movimento folclórico centrado na representação da cultura dos povos do interior institucionalizada pelo poder central salazarista. Os conhecimentos a respeito das doenças e suas formas de curar são apresentados de forma a ter o registro de uma coleção de práticas exóticas e prestes a desaparecer. Nesse sentido, a contextualização não responde aos interesses de boa parte dos autores que se dedicaram a esses estudos. Contudo, é possível através de uma análise histórica crítica das descrições acessar os vestígios da memória acerca das práticas de curas e crenças que fizeram parte do cotidiano português ao longo do século XX.

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Os Intelectuais como "voz" do sentido da História

Fernando Catroga | Professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e CHSC-UC

Sem deixar de levar em conta as condicionalidades francocêntricas que, nos finais do século XIX, geraram a substantivação do “intelectual”, procurar-se-á fazer uma síntese acerca das continuidades e mudanças que ocorreram na maneira como, desde a velha Grécia, estas fundamentaram as relações entre os *poderes espirituais* e os *poderes temporais*, em particular nas sociedades mais secularizadas pelo impacto das revoluções científicas modernas na divisão dos saberes e das técnicas, e pelo concomitante crescimento do recurso a argumentos historicistas nas diagnoses acerca do presente e nas prognoses (éticas-proféticas-cientificistas) sobre o sentido da História, atitudes comandadas pelo imperativo paidético de formar uma nova *opinião pública*, ou melhor, de educar os educadores. De onde a possibilidade de, a partir daqui, se esboçar uma espécie de *tipologia* das figuras substantivadas de “intelectual” e de se destacar estas outras ilações: o avanço da sua atitude *crítica* quanto às culturas dominantes e respetivos agentes, o aumento do grau de conflitualidade no interior da própria “República das Letras”, assim como as suas reações e/ atrações face quer à emergência de culturas de massas e de cariz tecnocrático, quer no que respeita ao aparecimento de “intelectuais coletivos” apostados na radicação de “políticas de espírito” que necessitavam de uma direta mediação do “Estado pedagogo” para se socializarem.

Painel 6 | Arqueólogos e Historiadores

1 | *Escrever sobre o olhar da Rua de António Maria Cardoso e da Rua da Misericórdia: historiadores, vigilância policial e censura no Estado Novo (de 1933 até 1974)*

Christophe Araújo | Universidade de Cergy-Pontoise e Casa de Velasquez

O Estado Novo quebrou várias dinâmicas que estavam em fortalecimento durante a Primeira República, nomeadamente a concentração da produção histórica no âmbito das faculdades de letras das universidades portuguesas e a profissionalização dos historiadores, que começavam paulatinamente a corresponder aos quadros docentes exercendo na Universidade. Com a sua nítida delimitação ideológica do aceitável e do não aceitável, o Estado Novo afastou deliberadamente da Universidade toda uma parte dos intelectuais que não se adequavam, o que desembocou na exclusão de toda uma produção historiográfica, considerada como incompatível com o ideário do regime. Neste sentido, vigiou todo uma parte dos historiadores opositores pelo meio de um controle – quer discreto, quer manifesto – exercido pela polícia política do regime, a PVDE/PIDE/DGS, e pela censura. O objetivo desta comunicação é triplo. O primeiro é ligado a modificação pelo Estado Novo no modo de conceber quem é – ou não é – historiador em Portugal. De facto, todo um grupo de escritores de história encontraram-se impossibilitados de aceder à cátedra ou sequer à docência, tanto nas universidades quanto no ensino secundário. Contudo, eles escreviam, publicavam ou comunicavam sobre história em várias revistas, livros, palestras, tanto em Portugal quanto fora do país. Esta problemática em torno da definição do historiador neste período permitirá

esclarecer as diferentes formas de aceitação dos que são considerados como historiadores, pelos pares e/ou pelo público. Além disso, esta estigmatizante exclusão pôde transformar-se numa reivindicação deste estatuto de historiador heterodoxo e de uma maneira mais ampla de inserir-se na rede dos intelectuais opositores ao regime. O segundo objetivo é meramente de mostrar como os mecanismos de controle se exerciam sobre os historiadores da oposição, através do estudo de certos percursos, à luz de processos da polícia política e de casos de censura. Assim, ilustraremos como essa vigilância, apreendendo correspondência, cortando pedaços de artigos, ameaçando ou interrogando, tentou silenciar toda uma parte dos historiadores que buscavam distorcer o discurso historiográfico em vigor na Universidade. A reivindicação de uma proximidade com as ideias da oposição, e em muitos casos a pertença ao Partido Comunista Português, incentivou o facto desses historiadores serem considerados como intelectualmente e politicamente perigosos. O terceiro objetivo procura entender como, apesar de um posicionamento ideológico inadequado e perseguidos pelo regime, os historiadores da oposição encontraram meios de resistir e de contornar a vigilância estatal. O estudo dos estratagemas para escapar à censura, como a impossibilidade da polícia política em controlar tudo, permitiram a eclosão de um núcleo de historiadores de oposição. Esse meio, solidário, defensor de uma liberdade criativa, ator de uma renovação intelectual e quase impermeável aos historiadores orgânicos do Estado Novo – e um pouco sujeito a autorreferenciação – tentou ultrapassar as limitações e empurrar o rumo da historiografia portuguesa para outros caminhos. Serão analisados nesta comunicação os seguintes historiadores: Joaquim Barradas de Carvalho, Flausino Torres, António Borges Coelho, Victor de Sá e Joel Serrão.

Painel 6 | Arqueólogos e Historiadores

2 | *A caminho de uma “Nova Idade Média”? Alfredo Pimenta, João Ameal e os usos do passado medieval na legitimação do Estado Novo (1928-1945)*

Pedro Martins | IHC-FCSH/NOVA

A obra historiográfica e ensaística de Alfredo Pimenta e João Ameal tem sido objeto de alguns estudos que demonstram a importância destes historiadores na divulgação de uma história nacional que servia os propósitos ideológicos do Estado Novo. Formados num ambiente monárquico e integralista (embora ambos tenham rompido formalmente com o Integralismo Lusitano por apoiarem uma facção dinástica diferente), Pimenta e Ameal gozariam de grande prestígio cultural e político nas primeiras décadas do novo regime, publicando um conjunto de obras de relevo, algumas das quais premiadas pelo SPN e adotadas oficialmente pelo Ministério da Educação Nacional. Entre as várias épocas da história de Portugal representadas por estes autores, a Idade Média assumiu um particular destaque. Embora não poucas vezes fosse representada pelos poderes públicos como um mero prelúdio para o momento de apogeu da história nacional – a expansão ultramarina dos séculos XV e XVI –, ela não deixou de ter um importante papel na legitimação política do Estado Novo, inspirando inclusive diversas comemorações públicas e centenários. Nesta comunicação, propomos analisar um conjunto de obras de Pimenta e Ameal publicadas entre 1928 e 1945 nas quais podemos encontrar referências ao passado medieval. É o nosso objetivo demonstrar como ambos os autores se serviram de uma visão altamente romantizada sobre este período histórico para legitimar o novo regime, apresentado como herdeiro do Portugal medieval. Nesta representação, os

conceitos de ordem, unidade e autoridade teriam um papel fundamental, como elementos que caracterizariam a Idade Média face com uma modernidade marcada pela desagregação e pelo conflito político, social e religioso. Como veremos, esta visão da história, além de obviamente transposta dos escritos de autores integralistas da primeira geração como António Sardinha, foi beber bastante ao imaginário do primeiro romantismo e especificamente a Alexandre Herculano, nomeadamente ao seu olhar dicotómico sobre o período medieval e a modernidade. Para Pimenta e Ameal, a Idade Média seria assim uma fonte de inspiração e um modelo a recuperar pelo Estado Novo, a fim de vencer os males inerentes à modernidade.

Painel 6 | Arqueólogos e Historiadores

3 | *O exílio de António José Saraiva: a experiência de um sujeito político*

Tiago Rego Ramalho | IHC-FCSH/NOVA

António José Saraiva notabilizou-se, no Portugal do Século XX, como um dos expoentes máximos na História da literatura e da cultura. O seu percurso e a sua personalidade haveriam de o posicionar como um elemento crítico do regime salazarista, tendo sido alvo de um saneamento no ensino universitário e de diversas interpelações pela polícia política (PIDE) do regime. Deste modo, entre o período que medeia o início da década de 1950 e o final da década de 1960, destaquemos alguns elementos: a militância no Partido Comunista Português; a defesa de uma visão política radicalmente oposta daquele que predomina, à época, no território nacional; as dificuldades impostas pelo poder político à sua carreira de docência; ou, ainda, as detenções associadas às suas reivindicações e ao seu posicionamento político. Nos anos 60, e em face do constrangimento das liberdades e dos direitos dos portugueses, perpetrado pelo Estado Novo, Saraiva vê-se forçado a recorrer ao exílio, emigrando assim para França. No decorrer da década de 1960, desenvolve em Paris atividades na qualidade de investigador do CNRS (*Centre National de Recherche Scientifique*); no início da década de 1970, e até ao seu regresso definitivo a Portugal, no ano de 1975, exerce a função de Professor Catedrático na Universidade de Amesterdão, Holanda. A estadia parisiense poderia ser apresentada da seguinte forma: uma primeira fase, em que Saraiva demonstra um estado mental e psíquico algo debilitado, em especial devido a uma solidão que o enreda e o consome quotidianamente. Estes primeiros anos em que se depara com uma nova realidade sociológica coincidem

com um afastamento gradual da militância comunista; numa segunda fase, encontra-se próximo de alguns setores da emigração portuguesa em França, para além de renovar o seu ideário com as aproximações a uma certa heterodoxia que, por sua vez, não deixa de ser acompanhada de um determinado nacionalismo ou de um pensamento crítico – os acontecimentos de Maio de 68, presenciados pelo próprio e relatados com alguma exuberância, representam o conjunto de ruturas operadas na presente década; por último, a presença em Amesterdão permite-lhe acentuar a crítica a uma quantificação dos processos sociais, a uma mensurabilidade das atividades humanas ou a uma certa forma de conceber a vida de um modo contabilístico. Contrariamente a essa visão de progresso, ou a esse postulado da tecno-cientificidade, assume uma visão humanista. Assim sendo, e considerando esta quinzena de anos na vida de Saraiva, importa destacar o seguinte: a publicação, no *Jornal do Fundão*, das “Cartas de França”, onde apresenta o contraste entre duas realidades nacionais desiguais (nomeadamente, a relação entre o campo e a cidade, o rural e o urbano, o cosmopolitismo ou as políticas sociais), tais como eram Portugal e França; a correspondência que celebra com diversas personalidades oposicionistas do regime, como, por exemplo, Luísa Dacosta, Óscar Lopes ou Teresa Rita Lopes; a colaboração com a Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular; o relato das experiências ocorridas com Maio de 68 e a sua problematização.

Painel 6 | Arqueólogos e Historiadores

4 | *Something old, something new, something borrowed, something blue. A arqueologia em encontros científicos portugueses dos anos 60*

Ana Cristina Martins | IHC-CEHFCi-UÉ

Como noutras esferas da vida nacional, a arqueologia registou, nos anos 60, um conjunto de actividades que lhe permitiu iniciar a sua própria renovação teórica e metodológica, com consequências evidentes na esfera do ensino da disciplina e da produção, transmissão e recepção de conhecimento específico. Iniciado em finais de 50, este processo decorreu de vários factores, entre os quais a multiplicação de redes de contacto, a formação complementar realizada além-fronteiras, a presença de escolas estrangeiras no país e o apoio financeiro de instituições públicas e privadas. Congregando, com frequência, nos mesmos espaços e no mesmo tempo, a geração anterior de arqueólogos, os ainda escassos especialistas nacionais e um número expressivo de jovens entusiastas, a década de 60 foi crucial no desenvolvimento e afirmação desta ciência no território, numa altura de ebulição ideológica e política à qual a ciência, de um modo geral, não foi nem podia permanecer indiferente, embora a procurasse ultrapassar em nome do progresso científico. Vacilando, por vezes, entre a tradicional visão histórico-culturalista, a crescente necessidade de colaboração interdisciplinar e interinstitucional, e a premência em adoptar novas teorias concebidas noutras geografias, envoltas num ambiente de profunda tensão política interna, a complexidade deste processo torna-se particularmente visível em conteúdos editoriais, resultantes de dois dos seus momentos nucleares: os Colóquios Portuenses de Arqueologia e as Jornadas Arqueológicas da Associação dos

Arqueólogos Portugueses. Será, por conseguinte, com base na análise das publicações decorrentes destes encontros nacionais que procuraremos entender, de forma preliminar, em que medida os mesmos serviram de espaço de apresentação, discussão, aceitação e aplicação, por parte de alguns intelectuais protagonistas coevos, de novas ideias e de novos conceitos em arqueologia, perante persistências alicerçadas em determinados posicionamentos políticos e ideológicos (já, então) anacrónicos, e avaliar as suas eventuais consequências para o desenvolvimento da disciplina no país.

Painel 7 | Movimentos Científicos, Culturais e Artísticos

1 | *Mudança Cultural e Política na Academia de Coimbra: O caso da Via Latina*

Pedro Jorge Réquiao | Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Este trabalho tem como objectivo analisar a criação e o consumo cultural e artístico dos estudantes da Associação Académica de Coimbra durante o período compreendido entre 1958 e 1962. Escolheu-se esta baliza cronológica tendo em conta que foram estes os anos na qual (de acordo com Fernando Rosas) começou a primeira grande crise do regime do Estado Novo. Crise esta que foi potenciada em parte pelas lutas académicas. O regime estado-novista, encabeçado à data por António de Oliveira Salazar é consensualmente caracterizado pelos historiadores como um regime dictatorial de cariz nacionalista e de inspiração tradicionalista. É num contexto de asfixia das liberdades de expressão e de luta política que o meio artístico universitário se desenvolve, bebendo influência de diversos movimentos artísticos nacionais e internacionais e também da oposição ao regime. A produção artística e o consumo cultural estão assim carregados de um forte conteúdo político de carácter democratizante. Os estudantes da Universidade de Coimbra, a sua Academia e respectivos organismos análogos imbricaram-se particularmente com o caldo cultural oposicionista (onde se destaca o papel dos neo-realistas da revista *Vértice*, sediada em Coimbra), das vertentes político-ideológicas as artísticas. As profundas transformações operadas no seio do ambiente académico da cidade de Coimbra são espelhadas no órgão de imprensa da Associação Académica, o jornal\revista *Via Latina*. É com base numa análise detalhada desta publicação, de outras publicações

académicas nacionais, artigos e panfletos da época, bem como depoimentos prestados por alguns dos intervenientes e redactores do jornal *Via Latina*, que se procede a uma caracterização do ambiente cultural académico e a uma sistematização das problemáticas artístico-culturais que então assolavam não só a Academia de Coimbra como os restantes estudantes universitários do país. A *Via Latina* serve assim como importante testemunho das actividades desenvolvidas pelos estudantes da cidade de Coimbra. De debates acerca dos propósitos ontológicos da obra de arte, ao conceito de cultura, passando pela produção literária e teatral da Academia e culminando com a crítica cinematográfica politizada.

Painel 7 | Movimentos Científicos, Culturais e Artísticos

2 | *Surrealistas em Portugal: a luta em duas frentes*

António Cândido Franco | IHC-CEHFCi-UÉ

A formação do grupo surrealista de Lisboa (1947) e do grupo dissidente (1948) – o único que sobreviveu. As relações dos surrealistas com o Estado Novo e com a oposição. As conivências da oposição neo-realista e do Estado Novo contra o surrealismo. Alguns exemplos.

Painel 7 | Movimentos Científicos, Culturais e Artísticos

3 | *O Neo-realismo e a cultura científica: novas fontes*

Augusto Fitas | Universidade de Évora, IHC-CEHFCi-UÉ

Inspirado pela teoria do materialismo dialéctico, divulgada nos meios políticos e intelectuais portugueses nos anos 30 e princípios dos anos 40 do século passado, o neo-realismo é a designação de um amplo movimento cuja expressão mais vincada, e conhecida, se afirma nos campos cultural, literário e artístico, não sendo também nada negligenciáveis as suas expressões filosófica e científica, entendida esta última na acepção dos domínios afectos às ciências da natureza. Parece corroborar este último ponto, ou a influência do neo-realismo nos meios científicos, a defesa da ideia, feita por alguns autores, de «uma certa interpretação cientista do marxismo» adoptada pelos intelectuais marxistas portugueses envolvidos nesse movimento. Assim, a acompanhar o activismo literário-artístico neo-realista, afirmavam-se também os seus prosélitos que militavam de uma forma mais actuante nos domínios da filosofia e das ciências da natureza, não se poupando a esforços de, na imprensa afecta ao movimento, defender e desenvolver a popularização dos temas científicos bem como a prática da investigação científica. Nesta comunicação propomos algumas conjecturas sobre o contexto geral em que se movimentavam os filósofos e cientistas neo-realistas bem como a importância de certas fontes, relativamente ignoradas (ou desconhecidas), por eles usadas na sua aproximação à «dialéctica da natureza».

Painel 7 | Movimentos Científicos, Culturais e Artísticos

4 | *Jornal-Magazine da Mulher, uma expressão feminina do neo-realismo*

Carina Infante do Carmo | Universidade do Algarve e Centro de Estudos Comparatistas, FL-UL

Coube à imprensa cultural ser o reduto de resistência neo-realista que lhe permitiu construir e consolidar um discurso e uma intervenção contra-hegemónicos ao salazarismo. Nesse campo importa não esquecer alguns periódicos de destinatário feminino no Pós-guerra, como é o caso do *Jornal-Magazine da Mulher* (1950-1956), dirigido por Lília da Fonseca. Com regularidade mensal, explora as potencialidades de magazine ilustrado e contorna o silenciamento imposto pela Censura à projecção pública do neo-realismo, inclusive por via do noticiário e da reportagem. Nessa medida, combina as secções habituais de moda e puericultura com a promoção de obras, autores e ideias-chave do movimento neo-realista, como a educação pela arte ou o associativismo popular, e com a valorização profissional da mulher, inclusive no domínio intelectual.

Painel 7 | Movimentos Científicos, Culturais e Artísticos

5 | *Intelectualidade(s) e elite(s) no Estado Novo através do ex-líbris*

Vítor Escudero | ISCSP e Academia Portuguesa de Ex-Líbris

O Ex-Líbris como marca de posse de um livro e derradeiro requinte de qualquer biblioteca, inscreve-se na História da Arte, pela sua condição de arte miniatural; é parte importante da História das Culturas e Mentalidades, porque nos revela, ilustra e ajuda a contextualizar estilos, gostos e escolas, ao longo dos últimos cinco séculos; é página da História dos Factos Sociais, porque nos proporciona o entendimento de redes, grupos, mobilidades e exercícios de poderes; e, não menos, importante, como representação de um mundo elitista - intelectual ou nem tanto -, dá-nos pistas de investigação, novas visões e olhares sobre o Indivíduo e a sua condição e circunstância. Avaliar percursos e posicionamentos ecléticos, mormente políticos e ideológicos, de Intelectuais portugueses durante o Estado Novo, através do Ex-Líbris e da fundação e consolidação da Academia Portuguesa de Ex-Líbris (1952) é o que nos propomos realizar.